



Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Termo de Referência
Processo Administrativo nº 950/2026
Lei nº 14.133/21

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) TRATORES AGRÍCOLAS, 01 (UM) TRITURADOR, 01 (UM) VEÍCULO, 02 (DUAS) RECOLHEDORAS DE CAFÉ, 01 (UMA) GRADE ARADORA E 01 (UMA) BATEDEIRA DE CEREAIS, DESTINADOS AO FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DO SETOR AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO, CONFORME ESTABELECIDO TERMO DE CONVÊNIO Nº 672/2025/PGE-SEAGRI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	Especificação	UNID.	QUAN T.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Trator agrícola de pneus (80 cv cabinado) trator agrícola de pneu, características mínimas: com cabine, banco do operador com suspensão pneumática e/ou eletrohidráulicos, ar refrigerado de série, predisposição para instalação de som, motor com n o mínimo 3 cilindros a diesel, com torque máximo de no mínimo 300 nm e reserva de torque de no mínimo 26 com capacidade total de reserva de combustível de no mínimo 100 litros. Sistema de transmissão composta por no mínimo 12x12 com reversor e alavancas laterais. Com sistema de tração 4x4, tda e bloqueio de diferencial. Sistema hidráulico com vazão da bomba de no mínimo 44,5 l/min, com no mínimo 2 e no máximo 3 conjuntos de válvulas de controle remoto. Capacidade de levantar hidráulico traseiro de no mínimo 3600 kg. Características do eixo dianteiro, raio de giro do eixo com no máximo 5,3 metros e ângulo de esterçamento de no mínimo 55, com no mínimo 6x50 de lastros traseiros e 8x40 de lastros dianteiros de fábrica. Com sistema de gps de fábrica e telemetria básica para instalação de piloto automático e predisposto a instalação de concha hidráulica dianteira. Com representante autorizado no estado de Rondônia.	Unid.	05	R\$ 275.000,00	R\$ 1.375.000,00





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

2	<p>Recolhedora de café, recolhedora de café, atendendo às especificações técnicas mínimas necessárias para garantir eficiência e segurança na operação. A máquina deverá ser composta por caçamba basculante hidráulica, recolhedor de lona acionado por motor hidráulico, regulador de velocidade, batedor helicoidal, peneira vibratória para pré-limpeza de paus, folhas e terras, além de sistema de exaustão de impurezas e regulador de altura. O elevador deverá permitir deslocamento para frente, reduzindo sua altura sem a necessidade de soltura de corrente. O equipamento deverá possuir sistema hidráulico de alinhamento com as ruas dos cafezais, garantindo maior precisão na operação. A capacidade de recolhimento no mínimo de 70 metros de rolo a cada 4 minutos, devendo ainda conter rampa para condução dos ramos de café até a rosca receptora. Reservatório com capacidade mínima de 3.400 litros, com basculamento traseiro. Para garantir a segurança do operador, a máquina deverá possuir sistema de segurança capaz de interromper imediatamente o fluxo de óleo do motor hidráulico, parando o recolhimento da lona em situações de risco. A recolhedora deverá ainda ser compacta, leve e de fácil transporte, compatível com trator de potência mínima de 75 cv, assegurando maior economia no processo de operação. A limpeza das impurezas deverá ser realizada por sistema de exaustão e ventilação instalado antes da rosca transportadora. O equipamento deverá permitir dois sistemas de carregamento: por big bag ou por caçamba basculante. A rodagem deverá ser equipada com pneus balão aro 16", garantindo menor custo de manutenção. O equipamento deverá ser compacto, robusto e adequado ao uso em lavouras de café. A fornecedora deverá obrigatoriamente oferecer garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação e disponibilizar assistência técnica no estado de Rondônia.</p>	Unid	2	R\$ 293.000,00	R\$ 586.000,00
---	--	------	---	----------------	----------------





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

3	<p>Batedeira de cereais deverá ser do tipo destinada à batedura, moagem e mistura de grãos, também conhecida como misturador de cereais ou forrageira batedeira, com capacidade mínima de produção de 500 kg por hora. O equipamento deverá possuir motor com potência mínima de 5,0 cv, podendo ser trifásico ou monofásico conforme a disponibilidade local de energia elétrica, operando em tensão de 220/380 v. O sistema de trituração e mistura deverá funcionar por meio de martelos ou lâminas metálicas de alta resistência, acompanhados de peneira substituível que permita diferentes granulações. Sua estrutura deverá ser fabricada em aço carbono de alta resistência, com pintura eletrostática anticorrosiva, e o sistema de alimentação deverá ser manual, por meio de um funil superior dotado de proteção de segurança. A descarga deverá ocorrer pela parte inferior, com direcionamento adequado para recipiente, saco ou sistema de transporte. O equipamento deverá contar com carenagem de segurança cobrindo todas as partes móveis, conforme as normas da nr-12, apresentar peso aproximado entre 120 e 200 kg e ser acompanhado de peneiras de diferentes granulometrias e manual de operação. A batedeira deverá possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e deverá contar com assistência técnica disponível em território nacional.</p>	Unid	1	R\$ 30.250,00	R\$ 30.250,00
4	<p>Triturador / ensiladeira, com acionamento por tomada de força do trator, com no mínimo duas facas em aço, rotor completo em aço carbono, com no mínimo de 20 mateletes móveis, com peneiras e com 4 vidas de trabalho. Capacidade de produção de no mínimo 860kg/h para milho debulhado em grãos com peneira de 5mm, de no mínimo 460kg/h para milho com espiga com peneira de 5mm, de no mínimo 710kg/h para milho com espiga com peneira de 10mm, de no mínimo 35 peneira lisa. Contendo cavalete e acessório para trator. Garantia mínima de 12 meses. Entrega deverá ser realizada no município</p>	Unid	1	R\$ 27.000,00	R\$ 27.000,00





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

	de Nova Brasilândia d'Oeste, com todos os custos do transporte/frete por conta da contratada; indicação de empresa especializada para garantia e as devidas manutenções sendo 01 na capital e outro no interior				
5	Grade aradora , a ser adquirida deverá ser nova, de primeiro uso, fabricada no ano corrente ou imediatamente anterior, contendo 14 discos com diâmetro mínimo de 26 polegadas (660 mm), podendo ser lisos ou recortados, fabricados em aço de alta resistência e com espaçamento mínimo de 230 mm entre eles. O equipamento deverá possuir estrutura reforçada, com chassi robusto em aço de alta durabilidade, câmbio com sistema de regulagem e mancais e rolamentos duplos, blindados e lubrificados, garantindo maior vida útil e segurança operacional. A grade deverá permitir regulagem do ângulo de ataque e da profundidade de trabalho, que deverá ser de no mínimo 15 a 20 cm, conforme as condições do solo, sendo compatível com tratores de potência mínima de 75 cv. A largura mínima de trabalho deverá ser de 1,60 m e o peso total da grade não poderá ser inferior a 900 kg, assegurando a devida penetração no solo. O equipamento deverá possuir pintura eletrostática ou anticorrosiva, proteção do seixos e componentes de acordo com normas de segurança, além de ser entregue acompanhado de manual de operação e manutenção em português, número de série, placa de identificação com dados do fabricante e garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. A fornecedora deverá oferecer assistência técnica no estado de Rondônia	Unid	1	R\$ 43.650,00	R\$ 43.650,00
6	Veículo licenciado , emplacado e plotado, tipo caminhonete, montado sob chassi, cabine dupla, zero quilômetro; ano de fabricação/modelo igual ou posterior a data da abertura do mínima: 2.200 cm³; potência mínima 160 cv; sistema de injeção: eletrônica direta de combustível; alimentação: motor eletrônico; capacidade de carga mínima 850 kg; peso bruto mínimo 2.700 kg; capacidade mínima do	Unid	1	R\$ 283.000,00	R\$ 283.000,00





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

<p>tanque de combustível 75 litros; suspensão dianteira: independente; barra de torção; braços duplos; molas helicoidais; suspensão traseira com eixo rígido e suspensão com feixe de molas semielípticas; direção: sistema de direção: elétrica e/ou hidráulica; coluna de direção com regulagem de altura; transmissão: transmissão automática no mínimo 05 marchas a frente e 01 a ré; tração mínima 4x4 e 4x4 reduzida; rodas e pneus: rodas de alumínio e/ou liga leve no mínimo aro 16"; 04 (quatro) pneus, mais 01 (um) pneu step, especificação mínima de 265/70 r16; sistema de freios: freios dianteiro abs (anti-brake system) e com ebd (eletronic brake distribution); freios traseiros: tambor com abs (anti-brake system) e ebd (eletronic brake distribution); itens de série interno e externo: bancos com revestimento em couro, banco do motorista com ajuste manual; encoste de cabeça com ajuste de altura; ar condicionado digital ou analógico; 4 portas laterais; lugar para no mínimo 05 (cinco) ocupantes incluído o motorista; vidros e travas elétricos nas 04 portas; limpador do para-brisa com acionamento intermitente de frequência variável; sistema de alarme volumétrico com acionamento embutido na chave; espelho retrovisor com ajuste elétrico; faróis com lâmpadas halogêneas; faróis de neblina; para choque dianteiro na cor do veículo; grade frontal na cor do veículo; tampa da caçamba com chave; sistema multimídia com tela de no mínimo 07 polegadas; sistema de som: rádio am/fm - entrada usb e conexão bluetooth. protetor de caçamba: capota marítima; estribos laterais; jogo de tapetes de borracha; cintos de segurança dianteiros de 03 pontos com pré tensionadores; itens de segurança: duplo air bag; controle eletrônico de estabilidade e de tração; protetor de cárter; película fumê(controle solar) em conformidade com a legislação de trânsito vigente; garantia: garantia de fábrica de no mínimo 03(três) anos; assistência técnica autorizada; na capital (porto velho) e no mínimo em mais 2 (dois) municípios do</p>				
---	--	--	--	--





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

	interior do estado de Rondônia; o veículo dever vir equipado com todos os itens na versão ofertada e com todos os equipamentos de segurança obrigatórios exigido pela legislação de trânsito; plotagem: adesivo com logo.				
Valor Total				R\$ 2.344.900,00	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, devido o referido plano ainda não ter sido elaborado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares de item 4, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Aquisição dos equipamentos agrícolas com no mínimos das especificações do item 1.1

4.2. Para verificação da adequação aos padrões de qualidade se faz necessário a apresentação de catálogo dos equipamentos agrícolas. A entrega do Catálogo ou fotos dos equipamentos disponibilizado pela Empresa deverá ser entregue juntamente com a proposta, e conter





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

as informações minimamente detalhadas e com ilustrações mostrando os principais detalhes do equipamento disponibilizado.

4.3. A CONTRATADA deverá entregar os equipamentos agrícolas nas condições e padrões previstos no instrumento convocatório, seus anexos, e valores definidos, observando as orientações recebidas da CONTRATANTE, permitindo o acompanhamento e fiscalização da mesma. Nos casos onde forem constatados defeito, falhas, vícios aparentes ou ocultos durante a utilização normal dos produtos licitados, o fornecedor fica obrigado a substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados dos após o recebimento da Nota de empenho ou outro documento equivalente (ordem de fornecimento), em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço na sede da Secretaria de Prefeitura, localizada na Rua Riachuelo, 2552, setor 14, Nova Brasilândia D'Oeste – RO.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia do objeto será de pelo menos 12 (doze) meses, o qual deverá estar expresso na proposta, contado a partir da assinatura do contrato. Em caso de substituição do objeto licitado, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao objeto substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da compromissária, da correção do problema no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a comunicação oficial, sem ônus para a compromitente, podendo ser prorrogado pela compromitente, mediante solicitação.

5.9. Nos casos onde forem constatadas falhas, vícios aparentes ou ocultos durante a utilização normal dos produtos licitados, o fornecedor fica obrigado a substituir o produto que comprovadamente tenha revelado defeito, por item equivalente, assim considerando aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

5.10. Todos e qualquer serviços ou vistorias por técnicos do fornecedor, será realizada na sede do nosso município.

5.11. O prazo indicado no item 5.8, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.23. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. A aquisição de equipamentos é considerada de baixa complexidade, não envolvendo riscos significativos para a administração pública, tratando-se de contratação com entrega imediata, o que justifica a dispensa da exigência do balanço patrimonial, conforme previsto no art. 70, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, também pode ampliar a participação de fornecedores no processo de contratação, favorecendo a competitividade e a obtenção de preços mais vantajosos para a administração pública.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.344.900,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos reais)**, conforme custos unitários apostos na pesquisa de preço anexo, realizada com base no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho 2021.





Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste
Poder Executivo
Central Permanente de Compras - CPC

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação conforme solicitação de despesa nº 656/2026.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Nova Brasilândia D'Oeste-RO, 27 de março de 2026.

Elaborado com base em dados fornecidos pelas Secretarias (ETP):

Melissa de Cássia Barbieri

Agente de Contratação

Port. nº 306/GP/2025

(assinado eletronicamente)

Aprovado por:

Oseias Antônio Constâncio
Secretário Municipal de Agricultura
(assinado eletronicamente)

Clodoaldo Alves Pedroso

Prefeito

(assinado eletronicamente)

